

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	1 / 1
Cod.	221 00001

São Paulo, 3 de outubro de 1997

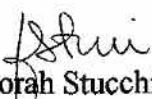
Ref. Representação nº 137/94

Prezados Senhores,

De ordem, encaminho para conhecimento, a proposta com as sugestões dos indicadores a serem considerados na ampliação dos estudos para diagnóstico e análise de impactos decorrentes da construção da UHE Tijuco Alto na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, que comporão Recomendação da Doutora Isabel Cristina Groba Vieira à Superintendência do IBAMA em São Paulo.

Colho da oportunidade para agradecer a sempre valiosa colaboração.

Atenciosamente,


Deborah Stucchi
Técnica Pericial em Antropologia

Instituto Socioambiental
A/C Dr. André Lima/Dr. Sérgio Leitão
Av. Higienópolis, 901
01238-001 - São Paulo
FAX: 825.7861

REPRESENTAÇÃO Nº 137/94

Recomendo, com base nas contribuições técnicas indicadas em pareceres do ilustre antropólogo *Professor Doutor Carlos Rodrigues Brandão*, da senhora antropóloga *Deborah Stucchi*, lotada neste órgão ministerial e da *equipe do Núcleo de Monitoramento Ambiental e de Recursos Naturais por Satélite - EMBRAPA-NMA*, o conjunto de indicadores que devem ser relacionados e confrontados com os impactos socioeconômicos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto para a **Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape**, assim definida pela divisão territorial criada pelo Decreto Estadual nº 38.455 de 21/03/94.

Devem, em primeiro lugar, ser realizados estudos diagnósticos que reflitam a preocupação metodológica em levantar **dados atualizados** a partir da prática do **trabalho de campo**. Por dados atualizados entende-se aqueles coligidos a partir da inserção concreta dos pesquisadores na realidade de campo. Dados de segunda ordem, acessados pelos Anuários Estatísticos, PNAD e outras fontes publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, embora importantes, não substituem aqueles obtidos através dos métodos próprios das ciências humanas, especialmente, os utilizados pela pesquisa antropológica e sociológica. Assim, além de atualizados pela descrição detalhada que a inserção em campo possibilita, devem os dados refletir credibilidade pela contemporaneidade dos levantamentos no tempo e no espaço. As fontes de segunda ordem, quer estejam representadas pelos dados estatísticos sobre população, sua distribuição etária, por sexo e produção econômica, quer pelas reflexões balizadas em textos acadêmicos, trabalhos de divulgação científica ou pela literatura mais genérica, representam somente um dos elementos que devem constar dos estudos. O outro que, concretamente, sustenta a credibilidade dos levantamentos para análise, deverá estar baseado na metodologia científica do trabalho de campo.

O segundo aspecto a ser privilegiado nos estudos a serem realizados é que eles não se devem ater apenas à população diretamente atingida pelos limites das águas do reservatório. É fato irrefutável que os processos sociais que compõem a *área* não se limitam fisicamente a ela: são partes integrantes de processos mais amplos (Teixeira et alli; 1994: 183)¹. No caso da UHE Tijuco Alto, a área relevante refere-se a toda **Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape**, que compõe um conjunto de regiões geográfica e socialmente interligadas formando uma complexa rede de relações significativas para as populações envolvidas. O princípio de organização social das populações afetadas extrapola os limites físicos ou materiais da obra e assim deve ser assim admitido, no âmbito da complexidade que o compreende.

Nesse sentido, é preciso que se incorpore o conceito de *espaço total*, como chave para o conhecimento de como o “*arranjo e o perfil adquiridos por uma determinada área em função da organização humana (...) lhe foi imposta ao longo dos tempos*” (Ab’Saber; 1994: 31)². Ele inclui o mosaico dos componentes introduzidos pelo homem ao longo da história tendo como suporte o ambiente geocológico e bioecológico, modificado pelas próprias atividades e obras humanas.

Uma noção adequada sobre os impactos da obra, bem como suas possibilidades de previsão depende de uma correta análise do espaço total regional, com vistas a orientar ações futuras que garantam a compatibilização de funções no espaço

¹ TEIXEIRA, MARIA GRACINDA ET ALLI. “*Análise dos Relatórios de Impactos Ambientais de Grandes Hidrelétricas*” In: **Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul, Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha**. Muller-Plantenberg, Clarita e Ab’Saber, Aziz Nacib (orgs.) - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

² AB’ SABER, AZIZ NACIB. “*Bases Conceptuais e Papel do Conhecimento na Previsão de Impactos*” In: **Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul, Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha**. Muller-Plantenberg, Clarita e Ab’Saber, Aziz Nacib (orgs.) - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

total para as populações atingidas diretamente e, sobretudo, para o entorno socialmente significativo.

Considerações iniciais realizadas passo, a seguir, à exposição dos outros aspectos relevantes a serem abordados pelos estudos:

• I - DIAGNÓSTICO GERAL ESTATÍSTICO PARA ÁREAS URBANAS E RURAIS, VÁLIDO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE.

1. Dinâmica da população: número de habitantes, taxas de crescimento populacional, densidade e distribuição populacional demonstradas em mapas, deslocamentos diários, semanais e sazonais, eventuais fluxos migratórios;

2. Nível de vida: estrutura ocupacional e etária, índice de alfabetização, taxas de mortalidade e natalidade, incidência de doenças, taxas de expectativa e esperança de vida, condições habitacionais;

3. Infra-estrutura (saúde, educação, segurança pública, malha viária) existente em áreas urbanas e rurais;

4. Estrutura fundiária existente em áreas urbanas e rurais;

5. Estrutura econômica: a) Produção: indústria (de base, transformação, de bens de consumo duráveis e final), extrativismo mineral e outras relevantes, comércio, serviços; agroindústria, agricultura extensiva e familiar, pesca; b) Renda: níveis de emprego e desemprego, distribuição de renda e renda *per capita*; c) Usos tecnológicos nos diversos setores produtivos; d) Relações de troca entre a economia local e regional.

• II - DIAGNÓSTICOS ESPECÍFICOS SOBRE 1º) POPULAÇÃO FAMILIAR PRODUTIVA, 2º) COMUNIDADES DE QUILOMBOS E 3º) AGENTES DO PODER E/OU AÇÃO LOCAL.

1º - POPULAÇÃO FAMILIAR PRODUTIVA

1. Localização e Condição da Propriedade Familiar

1.1. Localização da Propriedade ou Unidade Produtiva: localização no município; localização geográfica: beira-rio, várzea, montanha, encosta, sertão; limites e confrontantes.

1.2. Distribuição e Aproveitamento: terras de lavoura temporária, terras de lavoura permanente, terras de pastagens naturais, terras de pastagens artificiais; terras de matas: capoeiras (diversos níveis), regeneração avançada; outros aproveitamentos: represas, etc.

1.3. Rendimento Familiar proveniente de: lavoura permanente, lavoura temporária, pecuária, outros animais, reflorestamento, outros.

1.4. Benfeitorias da Propriedade ou Unidade Produtiva - antigas e recentes: casas, imóveis de serviço, pomares e hortas, cercas, represas, monjolos, etc.

1.5. Regime de Ocupação e Situação Atual: propriedade, posse (em que condições), arrendamento (parceria, meia, terça, etc.), outros; existência de zonas de litígio.

2. Relações de Trabalho e Propriedade

2.1. Relações entre Família e Propriedade ou Unidade Produtiva: composição total do grupo doméstico, dispersão familiar, ocupação familiar na produção rural e níveis de dependência deste trabalho.

2.2. Variações e Previsões recentes: as mudanças ocorridas na propriedade ou unidade produtiva, produtos que deixaram e passaram a ser cultivados, lógica dos projetos familiares, desejabilidade das mudanças e em sob quais condições, os impedimentos às mudanças desejadas (escassez de mão-de-obra, de capital, incentivos ou créditos, desestímulo pela agricultura, enchentes, temor das barragens, outros fatores).

3. Avaliação das Barragens.

3.1. Previsão Familiar sobre o efeito das Barragens: extensão da propriedade a ser atingida plotada em mapas, áreas e recursos atingidos, malefícios previsíveis, benefícios esperados, quantificação de prejuízos esperados, destino imaginado pela família.

3.2. Opinião Familiar a respeito das Barragens: que informação detém ou não, participações pessoais a respeito, acontecimentos de que tem conhecimento porém não participou, avaliação sobre o valor e as razões para a construção das barragens.

3.3. Avaliação sobre o processo político envolvendo a construção das barragens: sobre a atuação dos poderes públicos, do setor empresarial, da mobilização social, dos setores políticos locais, avaliação sobre como o processo deveria ser conduzido.

2º - COMUNIDADES DE QUILOMBOS

1. Levantamento sobre o número e a localização de Comunidades de Quilombos ao longo da Bacia Hidrográfica do Ribeira plotada em mapas.

2. Levantamento detalhado sobre o Patrimônio Cultural Material: sítios com reminiscências históricas e arqueológicas, História da Ocupação Econômica e Social na Região e sobre a Formação das Comunidades de Quilombo.

2.1. Levantamento detalhado e integrado sobre sistemas produtivos, formas solidárias de produção (troca e venda de dias, mutirão) produção agrícola, estratégias alternativas ao trabalho agrícola (assalariamento, jornada, empreitada), extrativismo, sazonalidade do emprego, migrações regionais. Condições atuais da organização social e perspectivas de reprodução social: descrição dos Quilombos e das Comunidades enquanto tais.

2.2. Levantamento sobre os sistemas de parentesco tradicionais e seu papel social relacionados às esferas *intra* e *inter* comunidades, padrões culturais, rituais, festivos, hábitos alimentares, manifestações culturais relacionadas com o meio ambiente natural e sócio-religioso.

3. Perspectivas sobre o destino das Comunidades de Quilombo com a construção das Barragens.

3.1. Sugestões Alternativas dos Quilombolas e das Entidades Representativas

3.2. As lutas locais.

• III - AGENTES DO PODER E/OU AÇÃO LOCAL (Destinado aos prefeitos dos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica, agentes político-partidários, ambientalistas locais e regionais, agrônomos da Casa da Agricultura, educadores, lideranças sindicais rurais patronais e trabalhistas, lideranças religiosas (padres e freiras), associações de moradores, de pequenos produtores) .

1. Avaliação Objetiva da situação atual do município quanto às enchentes, agricultura, meio ambiente, alternativas de desenvolvimento econômico, efeitos sociais da construção das barragens.

2. Avaliação Subjetiva, com fundamentações, sobre a construção das barragens relativamente aos efeitos sociais, econômicos, ambientais, agrícolas e ao controle de enchentes.

3. Levantamento circunstanciado sobre os prováveis efeitos e impactos das barragens sobre aspectos diretos na região com relação a agricultura temporária, agricultura permanente, pecuária, meio ambiente, condições de vida, projetos de desenvolvimento, turismo.

4. Avaliação crítica das vantagens e desvantagens das barragens, segundo tópicos específicos ao meio ambiente: cobertura de matas naturais, mananciais de água, controle de enchentes, patrimônio natural, fauna local, recursos naturais de uso das populações locais, alterações na rede viária municipal, turismo, saneamento e saúde.

5. Avaliação do processo político: no anúncio das barragens, na relação entre os poderes público e econômico nacional, regional e local; na relação entre o poder público, o Judiciário e as ONGs regionais e locais; na relação entre o poder público + ONGs, a Igreja, as comunidades e populações locais; no encaminhamento global dos processos de informação à população, consulta e decisão.

6. Sugestões Concretas: sobre o encaminhamento político do processo, sobre os aspectos ambientais, sobre as perspectivas das populações, sobre os aspectos relativos à atividade agrícola, pecuária e demais atividades econômicas desenvolvidas na região da Bacia Hidrográfica afetada.

São Paulo, 01 de outubro de 1997.